

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DO SISTEMA SESMARIAL A PARTIR DE PERÍODOS (1701-1836)

**The transformation of the space of Minas Gerais: analysis of
the sesmarial system form periods (1701-1836)**

**La transformación del espacio de Minas Gerais: análisis del
sistema sesmarial a partir de períodos (1701-1836)**

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Docente da Escola SESI Hamleto Magnavacca, Belo Horizonte-MG

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Rodrigopaulinelli16@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0031-0685>

José Flávio Morais Castro

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP / Rio Claro)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

joseflavio@pubminas.br

<https://orcid.org/0000-0002-5387-7987>

Recebido: 29/9/2022

Aprovado: 19/12/2022

Resumo

A distribuição de sesmarias promovida pela Coroa portuguesa tinha como função ocupar o território e torná-lo produtivo. Sob essa perspectiva, este artigo tem como objetivo apresentar uma investigação da formação do espaço mineiro a partir da concessão de sesmarias entre os anos de 1701 e 1836. Com base na transcrição do *Inventário das Cartas de Sesmarias* disponível no Arquivo Público Mineiro (APM), que contém a descrição das sesmarias distribuídas na capitania de Minas Gerais, foi produzido um banco de dados georreferenciado e elaborado um conjunto de mapas temáticos, que permitiram estabelecer diálogos entre história e geografia, o momento econômico ao longo do século XVIII e início do XIX e o processo de formação e transformação espacial. O marco temporal foi dividido em períodos com o intuito de entender as transformações do espaço de Minas Gerais a partir do sistema sesmarial adotado.

Palavras-chave: Capitania de Minas Gerais. Sistema Sesmarial. Sesmarias. Séculos XVIII e XIX.

Abstract

The distribution of sesmarias promoted by the portuguese Crown had the function of occupying the territory and making it productive. From this perspective, this article aims to present an investigate the formation of the Minas Gerais space from the concession of sesmarias between the years 1701 and 1836. Based on the transcription of the *Inventário das Cartas de Sesmarias* available in the Arquivo Público Mineiro (APM), which contains the description of the sesmarias distributed in the captancy of Minas Gerais, a georeferenced database was produced, and a set of thematic maps was elaborated, which allowed establishing dialogues between history and geography, the economic moment throughout the 18th century and early 19th century and the process of spatial formation and transformation. The time frame was divided into periods to understand the transformations of the space of Minas Gerais from the adopted sesmarial system.

Keywords: Captaincy of Minas Gerais. Sesmarial System. Sesmarias. 18th and 19th Centuries.

Resumen

El reparto de sesmarias promovido por la Corona portuguesa tenía la función de ocupar el territorio y hacerlo productivo. Desde esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo investigar la formación del espacio de Minas Gerais a partir de la concesión de sesmarias entre los años 1701 y 1836. A partir de la transcripción del *Inventario de Cartas de Sesmarias* disponible en el Arquivo Público de Minas Gerais (APM), que contiene la descripción de las sesmarias distribuidas en la capitania de Minas Gerais, se produjo una base de datos georreferenciada y se elaboró un conjunto de mapas temáticos que permitieron establecer diálogos entre la historia y la geografía, el momento económico a lo largo del siglo XVIII y principios del XIX y el proceso de formación y transformación espacial. El marco temporal se dividió en períodos para comprender las transformaciones del espacio de Minas Gerais a partir del sistema sesmarial adoptado.

Palabras clave: Capitania de Minas Gerais. Sistema Sesmarial. Sesmarias. Siglos XVIII y XIX.

Introdução

A formação do espaço que hoje é o estado de Minas Gerais iniciou-se no final do século XVII com a descoberta do ouro, em 1693, por Antônio Rodrigues Arzão, no vale do rio da Casca, na localidade denominada Cuieté, aldeia de gentio situada próxima ao rio Doce, nas vertentes da Serra de Vila Rica (ROCHA, 1995, p. 77-89). No entanto, esse processo de formação da capitania/província de Minas ocorreu de forma gradual e teve uma relação direta com o sistema sesmarial adotado pela Coroa portuguesa (COSTA, 2020).

O sistema sesmarial foi implantado em Portugal após a crise do século XIV, quando milhares de pessoas morreram em decorrência da fome, da peste negra e das guerras de reconquista contra os mouros. A Coroa necessitava criar mecanismos para tornar as terras novamente produtivas e fazer com que a produção de alimentos aumentasse e, assim, tentar diminuir a mortalidade da população.

No *Dicionário da Língua Portuguesa* (PINTO, 1832, p. 896), constou-se sesmarias como as dadas das terras, casas etc. que foram de algum senhor. Anteriormente, para Raphael Bluteau (BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 402), eram as dadas das terras, casas, ou pardieiros, que foram de alguns senhores, e se lavravam noutro tempo, estando incultas ao tempo da dada. De acordo com o *Dicionário Histórico do Português do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVIII* (BIDERMAN, 2012, p. 94-97), sesmaria era um lote de terra não cultivado ou abandonado e que era dado a uma pessoa para o seu cultivo. O sesmeiro, por sua vez, era aquele que dividia as sesmarias; a quem se concedeu uma sesmaria para cultivar; que foi eleito para dividir e distribuir as sesmarias, no caso, do reino. Nesse sentido, as sesmarias eram lotes de terras devolutas, cedidas a um terceiro com objetivo de torná-las produtivas.

Em Minas Gerais, durante os séculos XVIII e XIX, essas terras não eram, obrigatoriamente, devolutas. Em alguns casos, havia uma ocupação prévia e o sesmeiro, como forma de legitimar a sua posse, fazia a solicitação à Coroa portuguesa. Houve situações nas quais o solicitante morava na Corte ou muito longe do local onde se localizava a terra, mas fazia o pedido como forma de aumentar o seu prestígio social.

Viana (1962, p. 248), ao estudar a legislação das sesmarias ao longo da história portuguesa, afirma que “é publicada, a 28 de maio de 1375, a famosa Lei das Sesmarias (de sesmar, repartir), na qual se determina a obrigação, para quem não possa cultivar todas as suas propriedades, de as fazer cultivar por outrem, se procura facultar gado aos lavradores que dele necessitem para as lides agrícolas”. Nozoe (2006, p. 1) complementa as ideias de Viana (1962)

argumentando que, no reinado de Fernando I, esse sistema foi instituído “como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo de terras ermas – reconquistadas aos mouros ou deixadas ao abandono por conta do declínio da população rural dizimada pela peste negra ou rarefeita pelo êxodo em direção às cidades”.

No Brasil, o sistema de sesmarias foi a principal forma de ocupação e de distribuição de terras, concedidas a partir de cartas, que possuem uma estrutura padrão, contendo informações sobre o pedido do sesmeiro com justificativas, a localização da terra e a resposta das autoridades responsáveis, juntamente com as exigências a serem cumpridas por ele (PEREIRA, 2016). A partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, ocorreu uma explosão demográfica na região, com pessoas provenientes de diferentes partes da colônia e do reino português. O sistema sesmarial foi adotado para tornar essa ocupação efetiva.

A doação de sesmarias foi uma prática realizada em quase todo o Império português. Seu principal objetivo era povoar o território e torná-lo produtivo. Esse sistema apresentava diferenças entre si, em Portugal, nas ilhas Atlânticas e no Brasil.

Assim, a pesquisa que constituiu este artigo tem como objetivo analisar as concessões de sesmarias nos séculos XVIII e XIX, entre os anos de 1701 e 1836. Como parte da investigação, posteriormente, foram criados mapas temáticos seguindo a periodização proposta com o intuito de se analisar os impactos causados na organização do espaço mineiro, com base nas cartas de sesmarias, disponíveis no *Inventário das Cartas de Sesmarias* e compiladas pelo Arquivo Público Mineiro (APM).

Na transcrição do *Inventário das Cartas de Sesmarias* deve-se adotar alguns cuidados básicos no processo de leitura da paleografia utilizada nos documentos históricos. Um deles, por exemplo, são topônimos iguais localizados em comarcas diferentes, o que exigiu uma comparação com o *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (BARBOSA, 1995), atentando-se para as formas de escritas dos topônimos, entre outras preocupações.

Portanto, a análise enfrenta uma gama de desafios, entre eles o de identificar e tratar adequadamente as informações geográficas encontradas nos documentos, como são os casos das escritas dos topônimos, da precisão geográfica etc. A leitura de fontes históricas com o olhar contemporâneo é um exercício complexo, que requer forte base geo-histórica (CASTRO, 2017, p. 26) para minimizar anacronismos.

Complementando o argumento de Castro, Angelo Alves Carrara (1999) afirma que

Não pode ser negligenciado o que talvez seja o primeiro desafio enfrentado por todos quantos participem deste esforço: as dificuldades de conciliar a acurácia das representações cartográficas contemporâneas requerida pelas geotecnologias com a natureza da documentação histórica. O georreferenciamento de uma determinada área só pode ser feito nos dias de hoje com base em coordenadas geográficas exatas; já a demarcação da propriedade rural feita no século XVIII, contudo, ainda que pela mão de um engenheiro militar com domínio das convenções geográficas da sua época, não preenche os requisitos contemporâneos. Isto não significa que o resultado do esforço no passado possa ser considerado impreciso, porque os conceitos de precisão-imprecisão só podem ser aplicados a objetos de mesma natureza. (CARRARA, 1999, p. 15).

Diante dos desafios, foi produzido um banco de dados adotando-se o critério de associar a toponímia antiga à atual, como exemplo, Vila do Carmo – Mariana; Curral Del Rei – Belo Horizonte; Vila Nova da Rainha – Caeté. Como o espaço estava em constante transformação, tornou-se impossível precisar a localização das sesmarias. Considerando-se que no período não havia limites municipais, os arraiais e localidades eram representados nos mapas por meio de pontos. Desta forma, decidiu-se por georreferenciá-las como pertencentes a sede do município atual citado no pedido.

Assim, foram elaborados mapas temáticos utilizando a divisão territorial atual do estado, considerando as divisões das comarcas durante o século XVIII e início do XIX, sendo referenciadas as sedes das freguesias, os principais rios e os caminhos que atravessavam a capitania, diga-se, Caminho Novo, Caminho Velho, Caminho da Bahia e Caminho dos Diamantes.

Na elaboração dos mapas temáticos utilizou-se o *software* ArcGis e considerou-se as sedes de freguesias como referência, percebendo-se a distribuição espacial das sesmarias em Minas Gerais ao longo dos quatro períodos de doações analisados (1700-1735 / 1736-1770 / 1771-1800 / 1801-1836), definidos a partir de 35 anos de variadas mudanças políticas ocorridas em Minas Gerais, seja quando parte da colônia, seja num período inicial do Império brasileiro.

A elaboração dos mapas temáticos foi realizada devido à inexistência de trabalhos historiográficos que abordem o sistema sesmarial em suas relações com espaços em que estão inseridas as sesmarias. Assim, a pesquisa poderá contribuir para uma discussão, de forma georreferenciada, sobre a organização do espaço das sesmarias em Minas Gerais.

Foram utilizadas técnicas da cartografia temática, muito utilizada por geógrafos e, recentemente, por historiadores,¹ que consiste na “elaboração de mapas temáticos que podem atuar como elementos estratégicos no processo de organização espacial e como

¹ Ver: (ANDRADE, 2018); (MALAQUIAS, 2014); (CARRARA; Z Aidan; PAULA, 2018), entre outros.

importantes instrumentos de pesquisa, permitindo identificar padrões e dinâmicas espaciais” (CASTRO, 2019, p. 11).

Nesta técnica cartográfica, foi utilizada a figura geométrica proporcional representada por círculos na cor preta transparente, nas quais o círculo é diretamente proporcional à quantidade de doação de sesmarias.

Para a compreensão dessa relação do espaço com o tempo é preciso entender que ele é móvel e está constantemente modificando-se. Nesse momento, os conceitos de fronteiras e limites tornam-se fundamentais para a análise. As fronteiras podem ser físicas (uma serra, um rio), psicológicas (medo) e temporais (diferentes temporalidades que separam determinados acontecimentos), que podem designar tanto a separação ou a barreira entre dois elementos, como também continuidades, pontos de contato entre eles. O tempo e o espaço são, ao mesmo tempo, íntimos nas continuidades e nas rupturas.

Cássio Hissa (2002) analisou a forma que as fronteiras físicas e as do conhecimento são construídas. O argumento central é que são móveis e que somente é possível compreendê-las no diálogo interdisciplinar. Por sua vez, a existência desse diálogo torna-se possível a partir do momento em que são bem definidos os espaços intelectuais de cada campo disciplinar e quais os limites e as barreiras existentes entre eles.

As fronteiras remetem a uma ideia de finitude, sendo uma linha imaginária que divide os territórios (HISSA, 2002, p. 34). No entanto, não trazem a ideia de algo intransponível, mas que devem ser transpostas, ampliadas. No espaço mineiro constantemente observa-se a mobilidade dessas fronteiras. A separação entre a urbe e o sertão foi se alterando ao longo de todo o século XVIII e XIX. No código de Costa Matoso, o que é chamado de sertão incógnito em 1703, em pouco mais de 30 anos constituiu-se numa importante freguesia do termo de Mariana, a freguesia de Guarapiranga.

Nestes mesmos princípios, que foram na era de 1702 para o de 1703 não descansando o dito coronel com diligências de ampliar descobrimentos, mandou a seu filho Bento Fernandes Furtado a bandeirar para a parte do sul do ribeirão do Carmo, pelo sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência descobriu várias "faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga; e voltando com soldados e escravos em rede, picados de cobras e bichos venenosos, com muito trabalho, fomes e riscos de vida, não deu a partilhas estes descobrimentos por serem as pintas limitadas. Seguindo, porém, as suas picadas, foram entrando outros mineiros que, lavrando estas faisqueiras, foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais,

capelas, freguesia, com muita utilidade dos povos e da Real. Fazenda de Sua Majestade. (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 182).

Sérgio Buarque de Holanda (1975), em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, analisou o processo de formação do espaço paulista fazendo um diálogo entre as tradições indígenas, os conhecimentos portugueses e a miscigenação dos conhecimentos transmitida pelos bandeirantes. Um argumento central foi a questão da fronteira. Para o autor,

Se o aceno ao caminho que convida ao movimento quer apontar exatamente para a mobilidade característica das populações do planalto paulista, o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá condicionar a situação implicada na ideia de fronteira. Fronteira bem entendida entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a abastecer-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. (HOLANDA, 1975, p. 8).

A mobilidade das fronteiras da colonização portuguesa em Minas Gerais também foi analisada por Cláudia Damasceno Fonseca (2011). A autora afirmou que, em pouco tempo, o sertão ocupado somente por indígenas de diversas nações foi profundamente transformado por homens em busca do enriquecimento rápido. Para ela,

Na região mineira, bastaram alguns decênios para que se desenrolassem processos de grande complexidade, que em outras fronteiras da colônia levaram muito mais tempo para se realizar: a gênese e o desenvolvimento das cidades, a constituição de fluxos comerciais. (FONSECA, 2011, p. 57).

É importante frisar que a ocupação colonizadora foi europeia, uma vez que o território, onde se formaria a capitania de Minas Gerais, já estava previamente ocupado por inúmeros povos indígenas.

Hissa (2002) estabelece algumas comparações entre os termos fronteira e limite. Para o autor, na questão territorial, o limite está voltado para dentro, ou seja, a área ocupada pelo território. A fronteira está voltada para fora, isto é, está “olhando” até onde poderá expandir-se. O limite estimula a ideia de distância e separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.

As fronteiras e os limites possuem significados diferentes. O limite remete a uma ideia de separação entre dois elementos que estão em contato e que existe uma linha divisória entre eles. Essa linha pode ser um marco físico, como o rio que separa duas propriedades, ou algo

que remete ao cerceamento da liberdade, como uma lei, uma regra, uma imposição. (HISSA, 2002, p.34).

O limite é um conceito criado pelo ser humano para facilitar o domínio dos espaços, remetendo a uma ideia de barreira. Na natureza não existem limites definidos para o clima, para o relevo ou para a vegetação. Na separação entre o cerrado e a caatinga, por exemplo, existem as zonas de transição, em que se observa, gradualmente, a mudança de um tipo de vegetação para o outro.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a história e a geografia são ciências auxiliares. Enquanto uma provoca reflexões acerca das inúmeras relações que as sociedades estabelecem com algum espaço, a outra permite entender qual é o espaço, quais elementos físicos e naturais é possível encontrar – um rio, uma planície, uma serra –, compreendendo por que determinadas relações se constituem em um local e em outros não.

As fronteiras são divisões simbólicas que separam dois elementos distintos. Atuam como uma barreira natural, podendo ter características físicas, como um rio, uma montanha ou um muro, ou ainda tem algum tipo de barreira psicológica, ou seja, uma linha invisível dentro desse espaço analisado. Estas, no entanto, são extremamente móveis e maleáveis. É pensando na mobilidade e maleabilidade das fronteiras que se inicia a discussão sobre o sertão. De acordo com Diogo de Vasconcelos (1999),

Penetrando nos sertões ignotos, os aventureiros iam denominando os principais sítios do caminho, e com isto os roteiros ficavam traçados de maneira a guiarem os subsequentes invasores. A primeira [zona] corria da Mantiqueira à Serra da Borda do Campo, conhecido país dos cataguás, bacia do Rio Grande, coberta de campos e matos alternados. A segunda era a região dos campos, e corria das serras da Borda à Itatiaia, vasto côncavo de um lago mediterrâneo extinto, vendo-se ainda o vestígio das ilhas e golfos. Coberta de campos, com pequenas falhas de mato enfezado, era a zona mais bela, a que chamavam das Congonhas, nome que passou à erva, de que faziam os antigos a potagem (*luxemburguia poliandria*). A terceira zona finalmente era a do sertão do Caeté, matos sem mistura alguma de campo. Era o país das serranias impenetráveis, dos rios enormes, das riquezas minerais, das feras e dos monstros. (VASCONCELOS, 1999, p. 17-18).

Até o “descobrimento” da região das Minas Gerais, o espaço era tido pelo elemento colonizador como desconhecido, vazio. Nas primeiras cartas de sesmarias há detalhamentos sobre o local onde foram doadas, mas sem a especificação da freguesia, do termo e da comarca. Em 1710, por exemplo, Feliz Sanches Barreto recebeu uma sesmaria no ribeirão

Iquiriri,² não apresentando mais informações sobre a localização desse ribeirão. Essas lacunas levam-nos a crer que esse espaço ainda não estava, naquele momento, sendo controlado pela Coroa, nem possuía relevância no contexto político e econômico, sinalizando a fronteira aberta, o que foi predominante durante a história colonial das Gerais.

A partir de 1711, sesmarias começaram a ser distribuídas com as caracterizações “sertão”. A partir de então, ocorreu uma ressignificação daquele espaço que, mesmo “desocupado”, foi motivo de tentativas constantes de controle no processo de colonização, demonstrando uma mudança de interesses sobre a região.

A ocupação do sertão demonstrava a preocupação da Coroa em conquistar e controlar o território. Quanto menor as áreas de sertão, maior o controle metropolitano sobre o local. Essa ocupação foi ocorrendo de forma lenta e gradual, de acordo com as necessidades econômicas e os interesses geopolíticos de Portugal. Enquanto a atividade mineradora era extremamente lucrativa, a ocupação dos sertões não era o foco da política portuguesa para a região. Mas à medida em que essa atividade foi decaindo, os sertões tornaram-se uma relativa prioridade e, conseqüentemente, mais sesmarias foram doadas naqueles espaços.

A periodização da ocupação territorial de Minas Gerais

As fronteiras do território mineiro no início do século XVIII, conhecido como capitania de São Vicente, foram sendo desmembradas, até que, no final de 1720, foi constituída como a capitania das Minas do Ouro.

Conforme argumenta Hissa (2002, p. 36), a fronteira é uma extremidade de um país ou uma região do lado onde confina com outro. As fronteiras das Minas foram criadas com o objetivo de evitar novos confrontos entre paulistas e “estrangeiros” e para endossar a posse da Coroa portuguesa sobre esse novo território “descoberto”. A partir de então, nova legislação para ocupação e exploração, fosse aurífera, fosse com outras atividades econômicas, foi criada para a nova capitania. A demarcação do território mineiro foi uma questão que gerou problemas à Coroa portuguesa. Na afirmativa de Moraes,

Problemas de jurisdição marcaram a configuração e as tentativas de estabelecimento dos limites do território mineiro ao longo de todo o período colonial, estendendo-se ainda até meados do século XIX. Inicialmente, as áreas mineradoras estavam subordinadas à jurisdição da capitania do Rio de Janeiro,

² APM, SC. Códice 07; pág. 27v.

cujo território abarcava enormes extensões do centro-sul da América Portuguesa. Tal situação perdurou até 1709, quando houve o desmembramento desse território com a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Figurando como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, esse novo recorte territorial marcou a tentativa de, ao mesmo tempo, instaurar a ordem, apaziguar os paulistas e estabelecer maior controle sobre a região das minas. (MORAES, 2007, p. 76).

Mesmo tendo sido criada em 1720, desde o início do século XVIII ocorria a doação de sesmarias na capitania de Minas Gerais. Isso não significa afirmar que o território estava desocupado, uma vez que existia grande população indígena antes da efetiva ocupação colonial, e que havia posseiros, pois desenvolviam atividades agropecuárias no local.

De meados do século XVII até o início do século XVIII, as regiões dos vales do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha foram utilizadas como zonas de expansão da fronteira agrícola da Bahia, sendo estes rios utilizados como meio de penetração no sertão. Segundo Carrara (1999), durante esse período, a região noroeste de Minas, juntamente com o extremo sul do Piauí e o oeste da Bahia tinham como “centro de gravidade” a produção aurífera em Goiás.

A partir do século XVIII, a ocupação da região começou a se intensificar com grandes proprietários de terra, por exemplo, Matias Cardoso de Oliveira que, somente em 1743, recebeu uma sesmaria no sertão do São Francisco (APM, SC, Códice 80 página 80), local onde, provavelmente, exercia atividades econômicas para uma intensa ocupação populacional (CARRARA, 2002).

Aliando-se às ideias de Carrara (2002), Moraes afirma que

A Bahia apresentava condições particularmente favoráveis para se consolidar como um importante centro abastecedor das Minas: facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa e do acesso aos portos do sul da colônia; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; e ainda vivenciando os reveses da economia açucareira em decorrência da concorrência antilhana, o que impunha a necessidade de se buscarem alternativas econômicas (MORAES, 2007, p. 68).

Diogo de Vasconcelos (1999, p. 88) analisou esse movimento pioneiro de expansão pelo norte da capitania, afirmando que cada potentado contraía obrigações em troca de direitos. Eram senhores de vastos latifúndios, fazendas de gado e plantavam toda espécie de cereais.

Tinham em casa oficinas, com misteres mecânicos, tecelagens completas de algodão, linho e lã, graças à presença da mão de obra escrava.

As regiões Norte e Nordeste de Minas estavam ocupadas antes mesmo da criação da capitania e da descoberta do ouro. Havia um intenso mercado de terras, com a criação de muares e dos mais variados tipos alimentícios. Para Ribeiro,

Os sertões do São Francisco, durante o século XVIII, se firmaram como um dos centros de abastecimento das vilas mineradoras e como importante via de ligação com o nordeste do Brasil. Ao lado da consolidação das atividades agropecuárias, expande-se o comércio e surgem, em suas margens, vários núcleos urbanos importantes, que vão se sucedendo como polos administrativos regionais, disputando com os demais também a sua condição de portos fluviais e entrepostos comerciais, que crescem na medida em que se intensifica a navegação. (RIBEIRO, 2013, p. 97).

Essa foi uma das frentes de expansão do território mineiro. Torres (1963, p. 14) afirma que esta região era amplamente utilizada pelos pecuaristas baianos que “traziam as suas boiadas pelo rio São Francisco e iam ocupando os belos campos das margens do grande rio. Esta dupla penetração, na linha sudeste-nordeste, pelos paulistas e norte-sul pelos baianos terminaria tendo as mais importantes consequências”.

A doação de sesmarias foi um mecanismo régio de legitimação da posse da terra, mas isso não implica afirmar que a região estava desocupada, ou que o sesmeiro, ao receber essa benfeitoria, iria ocupá-la e torná-la produtiva. Essas questões precisam ser problematizadas para que não se cometam erros históricos ou se façam análises simplistas acerca do processo de formação da capitania de Minas Gerais.

Com a descoberta do ouro e das pedras preciosas em Minas, iniciou-se uma rápida migração. Reinóis e pessoas vindas de toda colônia dirigiram-se para a região, “de passagem para as capitanias do norte, até então sem limites determinados, constrói-se, um território a partir da ocorrência do ouro nos entornos do Caminho Geral do Sertão, cuja fronteira vai sendo progressivamente deslocada no decorrer do período colonial” (RESENDE, 2007, p. 26-27).

Utilizando-se o Caminho Velho, o Caminho da Bahia e o Caminho do Sertão, os desbravadores foram aglutinando-se rapidamente em torno dos núcleos mineradores, surgindo, assim, as primeiras vilas. Nas duas primeiras décadas do século XVIII, foram erigidas oito vilas – Vila Rica, Vila do Carmo, Pitangui, Sabará, São João del Rei, Vila do Príncipe, São

José e Vila Nova da Rainha – e ao redor desses núcleos mineradores concentraram-se a distribuição de sesmarias, como se pode observar nas figuras 1 e 2.

Primeiro período: 1700-1735

Note-se que durante os trinta e cinco anos iniciais, primeiro período, foram distribuídas 550 Sesmarias, sendo 99 na Comarca do Rio das Velhas, 105 no Rio das Mortes, 58 em Ouro Preto e 20 no Serro Frio. Dessas 550, 272 não possuem localização precisa. Como era um território em construção e expansão, essas fronteiras ainda estavam sendo delimitadas. O “desconhecido” ainda era predominante ao longo desses caminhos.

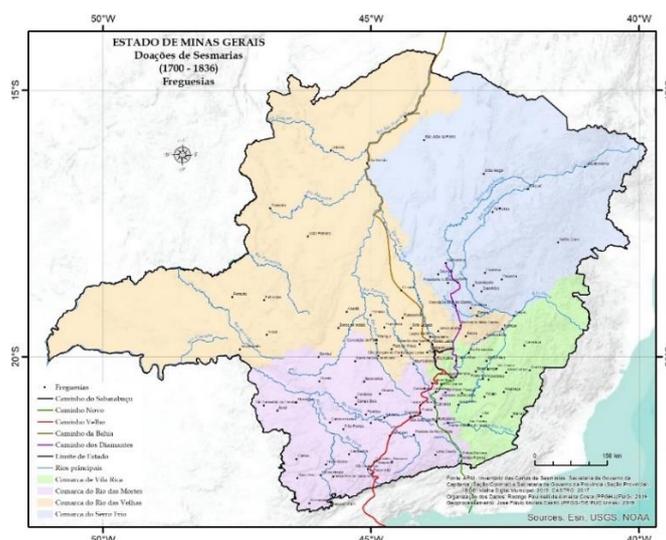


Figura 1: Mapa de localização das freguesias do Estado de Minas Gerais no século XVIII
Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

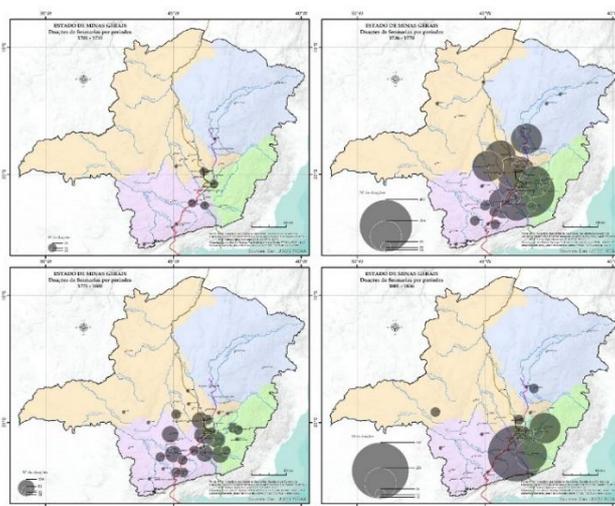


Figura 2: Conjunto de mapas de doação de Sesmarias por período
Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial).

Como a zona de expansão era proveniente, principalmente, da capitania de São Paulo, as sesmarias foram concentrando-se na região do Rio das Mortes devido à proximidade com essa capitania, como se pode observar no Gráfico 1. Gradualmente, a fronteira entre o conhecido e o desconhecido foi se movendo rumo ao norte da capitania. Essa frente de expansão sulista fez com que, pouco a pouco, o território começasse a ser modelado, de forma muito tímida. A região do Rio das Velhas, por ter sido o local onde foram encontradas as primeiras jazidas minerais e devido à intensa migração, foi rapidamente ocupada e a posse da terra foi legitimada pela doação de sesmarias.

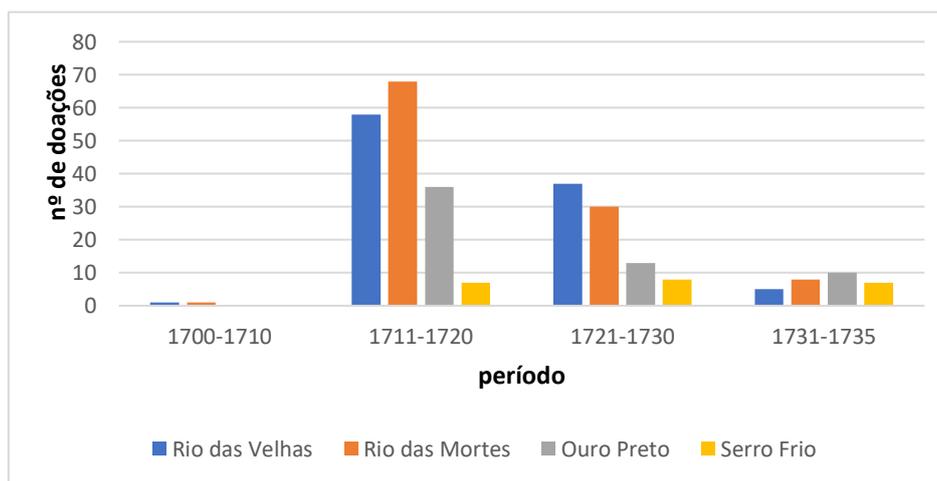


Gráfico 1: Distribuição de sesmarias doadas por décadas no primeiro período

Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Paralelamente à distribuição de sesmarias, surgiu um mercado de compra, venda e aluguel de terras, no qual, principalmente em Ouro Preto e Mariana, mineiros e lavradores pagavam algum tipo de obrigação ou foro ao proprietário da sesmarias para a exploração da terra (CARRARA, 1999, p.15). A análise dos quatro mapas da Figura 2 revela que grande parte dessas sesmarias foram distribuídas ao longo dos caminhos, o que facilitou a ocupação do território a ser desbravado.

Na segunda década do século XVIII, o número de sesmarias doadas aumentou consideravelmente em relação à primeira, evidenciando essa preocupação da Coroa em tornar a terra ocupada e produtiva. No entanto, 200 delas estão sem identificação de localidade. Na terceira década foram distribuídas 136 sesmarias, sendo apenas 52 sem identificação. Nesse período inicial da ocupação, a Coroa foi oficializando a posse de sua “nova” terra.

No início do século XVIII, ouvidores haviam sido nomeados para cada um dos três principais distritos mineradores da capitania – o de Ouro Preto, o de Rio das Velhas e o de Rio das Mortes – que adquiriam, assim, o estatuto de comarcas. Mais tarde, em 1720, o território do ouvidor do Rio das Velhas seria desmembrado para criar uma quarta comarca, a do Serro Frio.

Essa delimitação espacial tinha como objetivo demarcar a quais comarcas pertenciam cada um dos núcleos mineradores e, conseqüentemente, facilitar o controle sobre a extração aurífera. Além das concessões de sesmarias, ainda havia o privilégio do descobridor das datas auríferas de ficarem com a terra, o que explica, também, um rápido crescimento das vilas citadas durante esse primeiro período.

As fronteiras das comarcas foram criadas com o intuito de facilitar o controle da Coroa sobre o território, que estava em formação e sendo desbravado. Desperta a atenção o fato de a Comarca de Ouro Preto praticamente não possuir sesmarias, o que pode ser explicado pela concentração dos poderes político e eclesiástico da capitania.

Tanto na Comarca do Rio das Velhas, como na do Serro Frio, por se encontrarem em locais de expansão da fronteira desse novo território colonial, mesmo com os limites demarcados, o “desconhecido” ainda prevaleceu. Esse espaço, gradualmente, foi sendo formado e modelado. A antiga divisão territorial, somada a seus isolamentos e “vazios demográficos” favoreceu todas as tentativas de dominação, tanto locais quanto gerais, conforme afirma Braudel (1999, p. 96). A superestrutura de dominação tornou esse espaço efetivamente controlado de acordo com seus interesses locais e gerais, ou seja, quanto maior o interesse da Coroa em ocupar e controlar esse território, mais rápido isso ocorreria e, conseqüentemente, os “vazios” e os isolamentos desapareceriam. A Comarca do Serro Frio, por ser fronteira agrícola da capitania da Bahia, demonstrava a instabilidade e a maleabilidade das fronteiras.

A partir da análise dos quatro mapas da Figura 2, percebe-se que foram distribuídas sesmarias em aproximadamente quarenta freguesias, sendo que quinze encontravam-se ligadas à extração aurífera, como Vila Rica, Vila do Carmo, Vila do Príncipe, São João del Rei e São José. As demais possuíam uma economia diversificada, sendo a maioria dessas freguesias localizadas estrategicamente ao longo das estradas e caminhos, para favorecer o comércio

As estradas e os caminhos tinham a função de diminuir as distâncias entre as principais regiões produtoras de metais e as cidades localizadas na costa do sudeste brasileiro, como o Rio de Janeiro, além de facilitar o escoamento do ouro e evitar contrabandos. Nesse primeiro período, os caminhos foram fundamentais, também, para a formação das vilas. Daí vem a especificidade da sociedade mineira, uma sociedade tipicamente urbana, formada ao redor das rotas comerciais ou dos núcleos minerais.

A presença de um mercado interno também foi fundamental para a consolidação dessa sociedade mineira. Meneses (2000, p. 151), estudando a região do Serro Frio, argumenta que “a agricultura de abastecimento alimentar foi uma forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora”. Nas Minas Gerais do setecentos “(...) a diversificação da economia se dava em direção à produção agrícola, ao comércio”.

Nesse primeiro período, as sesmarias foram doadas, principalmente, próximas aos núcleos mineradores e ao redor dos caminhos, principalmente daqueles vindos da capitania de São Paulo. Pensando na mobilidade das fronteiras, observa-se que alguns dos “vazios” das comarcas começaram a ser nomeados e que, gradualmente, esse território, até então desconhecido, passou a ter grande relevância para a Coroa. No entanto, a distribuição de sesmarias naquele momento ainda era muito tímida, intensificando-se a partir de 1735.

Segundo período: 1736-1770

Na terceira década do século XVIII, a ocupação espacial da capitania tornou-se mais efetiva. Analisando o segundo mapa da Figura 2, ocorre no período grande concentração na distribuição das sesmarias, principalmente nas comarcas de Ouro Preto, Rio das Mortes e Rio das Velhas.

Entre 1736 e 1770, apresentou-se a maior concentração das sesmarias distribuídas em áreas urbanas, como vilas, arraiais e distritos, sendo 200 sesmarias, aproximadamente 10% da totalidade distribuída ao longo daqueles 35 anos, principalmente no entorno dos grandes núcleos mineradores, como Sabará, Vila Nova da Rainha, Vila Rica, Mariana, São João d’el Rei, São José, Pitangui, Vila do Príncipe e Tejuco, atualmente Diamantina.

Essa dinâmica de distribuição na doação de sesmarias também ocorreu ao longo dos caminhos que ligavam os centros mineradores, além de Minas Gerais às capitanias de São Paulo

e do Rio de Janeiro, que pode ser explicado, em grande parte, pelo intenso comércio e transporte do ouro entre as capitanias.

Segundo Furtado (1982, p.78), “o decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação [de ouro] se manteve então em torno de dois milhões de libras”. Aliado à intensa atividade mineradora desse período, ocorreu um vigoroso desenvolvimento do mercado interno. A distância dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e Salvador, além da distância do litoral, fazia com que os gêneros importados fossem muito caros na capitania, estimulando assim uma produção endógena, responsável por abastecer não apenas os núcleos mineradores, mas também as demais regiões de Minas.

No segundo período, conforme se observa no Gráfico 2, ocorreu a maior doação de sesmarias (3.673), que representaram 40% do total das concessões. Isso ocorreu, principalmente, devido à imensa disponibilidade de terras devolutas na capitania, ao desejo de se encontrar ouro e de explorar a terra e de legitimar a posse de terras já ocupadas anteriormente.

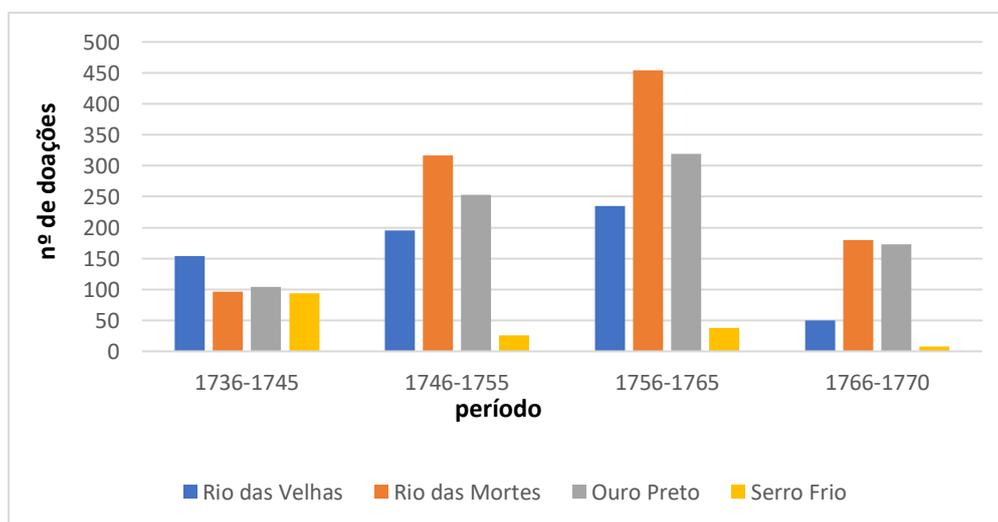


Gráfico 2: Distribuição de sesmarias doadas por décadas no segundo período

Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Considerando a Comarca do Rio das Mortes, entre os anos de 1756 e 1765 ocorreu um considerável aumento na distribuição de sesmarias. Conforme dito anteriormente, esse era um local de entrada das capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nele, além de existir núcleos mineradores importantes, como São João del Rei e Vila de São José, entre outros, a prática agrícola era responsável pelo abastecimento das zonas mineradoras, mantendo uma articulação entre os circuitos internos da capitania. Nessa região, o auge da produção agrícola

correspondeu ao pico da mineração, sendo que algumas dezenas de lavradores monopolizavam o mercado de gênero de alimentos.

Entre 1776 e 1785, percebeu-se uma redução da quantidade de sesmarias distribuídas, principalmente, na região do Rio das Velhas. Isso pode, em parte, ser explicado pelo fato de no centro dessa comarca estarem situadas as principais vilas mineradoras (Sabará, Vila Nova da Rainha, Pitangui) e ser uma das regiões mais povoadas da capitania de Minas. Foi também a comarca que apresentou o segundo menor crescimento demográfico, depois da Comarca de Ouro Preto. A diminuição da exploração aurífera, aliada a uma ocupação efetiva da região, fez com que as pessoas que se dirigiam para Minas procurassem outras regiões para se estabelecerem e se desenvolverem, como por exemplo a Comarca do Serro Frio, que teve um crescimento de quase 100% de sua população entre 1767 e 1776 (ALMEIDA, 1994, p. 48).

A análise dos mapas da Figura 2 revela que a doação de sesmarias naquele período foi a mais expressiva devido ao auge da mineração. As doações concentraram-se, principalmente, na região central da capitania, com foco nas vilas mineradoras, além de uma relativa expressividade na Comarca do Rio das Mortes e do Serro Frio, com o intuito de abastecer e fortalecer o mercado interno na região. Houve também uma expansão das fronteiras em várias frentes, como no noroeste – Paracatu; no sul – Carrancas, Aiuruoca; na Zona da Mata – Rio Pomba e no nordeste – Araçuaí, freguesias que aliaram a questão mineradora com a agricultura de subsistência.

Terceiro período: 1771-1800

A partir da queda da extração aurífera, percebe-se que a dinâmica da distribuição de sesmarias sofreu uma mudança brusca. Enquanto no período anterior priorizou-se a zona mineradora, naqueles anos o foco tornou-se a expansão da fronteira agrícola e das atividades agropastoris. Analisando a Figura 2, no terceiro mapa percebe-se que a maior concentração das sesmarias distribuídas foi na região central da Comarca do Rio das Mortes, na Zona da Mata mineira, na Comarca de Ouro Preto e avançando em direção ao triângulo mineiro, na Comarca do Rio das Velhas. Somado a esses fatores, durante esse período, a Inconfidência Mineira

(1789) e o governo de Luís da Cunha de Meneses³ tornaram as dinâmicas políticas e sociais em Minas Gerais um pouco conturbadas.

A partir de 1770, além de a capitania estar mais povoada, houve a implantação do Alvará de 3 de março, que determinava que antes de se conceder qualquer sesmaria seria necessário que se apurasse “o estado e natureza do terreno, ou terras” que se estendessem “e finalmente ajuste o que se opõe” (PINTO JUNIOR, 2007, p. 45-46). Houve, então, maior controle por parte dos governadores e capitães-gerais sobre aqueles espaços.

Ao longo dos setenta anos de análise, a diversidade econômica na capitania de Minas Gerais promoveu um movimento constante das fronteiras, a partir de uma expansão centrífuga, ou seja, uma dispersão da distribuição de sesmarias contrária ao movimento do período anterior, que ficou concentrada na região central da capitania. Naquele momento, a distribuição dirigiu-se para as regiões “desocupadas” da Comarca do Rio das Mortes e para a região da Zona da Mata mineira, localizada na Comarca de Ouro Preto, como demonstrado no Mapa 3 da Figura 2, fato este relacionado à expansão não somente das fronteiras espaciais, como também da fronteira agrícola.

Segundo Carrara (1999), observa-se um aumento considerável na produção de gêneros agrícolas nas freguesias fronteiriças da Comarca de Ouro Preto, como Barra Longa, Piranga e Furquim, fato este diretamente relacionado à expansão da fronteira agrícola. Naquele período, foram distribuídas 508 sesmarias no termo de Mariana, sendo 15 (3%) em Barra Longa; 10 (2%) em Furquim; 124 (24%) em Piranga e 75 (15%) em Rio Pomba. Considerando a mobilidade das fronteiras dentro da comarca, percebe-se um deslocamento em direção ao leste, sendo que 44% das sesmarias distribuídas localizavam-se em regiões periféricas da mesma comarca. Foi naquela época que o governador de Minas, Dom Rodrigo José de Menezes, viajou para a região fronteiriça da Comarca de Ouro Preto para conhecer os potenciais econômicos da região. Enquanto no período anterior as doações concentravam-se próximas à zona mineradora, entre 1771 e 1800 priorizou-se as doações nas regiões periféricas, para a produção de gêneros agrícolas.

³ Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro de Sousa e Maria Teresa Gonçalves Pereira, argumentam que Luís Cunha de Meneses foi um dos governantes de pior reputação das Minas colonial. Luciana Campos analisa de que forma Cunha de Meneses era representado no livro *Cartas Chilenas* de Cláudio Manoel da Costa, sendo criado o personagem “Fanfarrão Minésio”, que representava uma caricatura do governador. Sobre as representações desse governador, como corrupto no contexto do século XVIII, ver: (CAMPOS, 2005); (VENÂNCIO; SOUSA; PEREIRA, 2006); (ROMEIRO, 2017).

A circulação de produtos vindos da Bahia, passando pela Comarca do Serro Frio, também foi um indicador da dinamização econômica das Gerais. Apesar da pequena quantidade de sesmarias distribuídas ao longo desse período (apenas 35), a circulação de pessoas e produtos por ali era expressiva. Segundo Meneses (2000, p.169-170), pela comarca circulavam gêneros e pessoas provenientes de várias regiões da colônia, havendo a importação de vários produtos não alimentares e agropecuários, além de tabaco vindos de Salvador pelo caminho da Bahia. A agricultura de abastecimento interno, aliada ao comércio inter e intra capitânicas, fez com que Minas Gerais criasse dinâmicas econômicas e sociais próprias.⁴

Em relação ao período anterior, houve uma queda próxima a 55% na concessão sesmarial. Como se pode observar no Gráfico 3, nas duas primeiras décadas desse período houve menos de 200 sesmarias distribuídas por comarca, predominando a Comarca do Rio das Mortes.

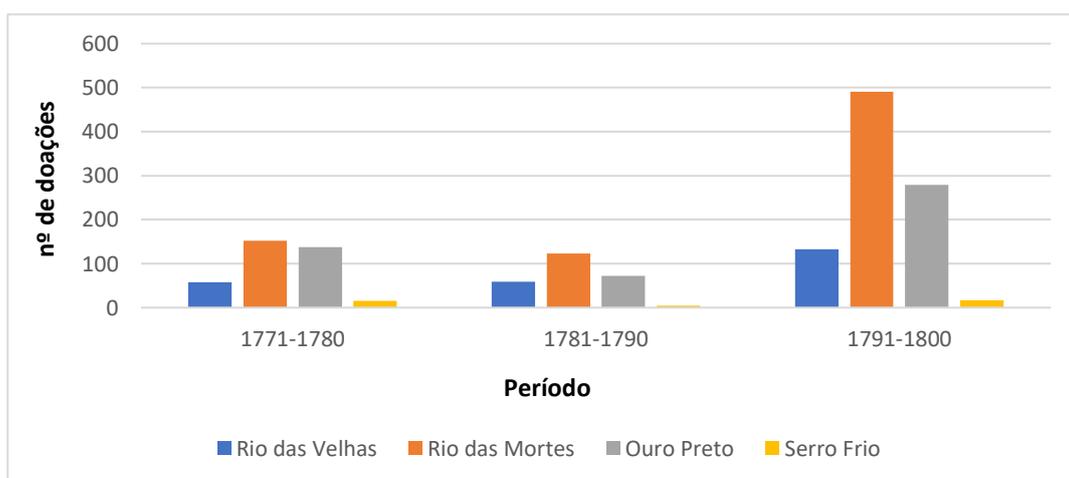


Gráfico 3: Distribuição de sesmarias doadas por décadas no terceiro período

Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Durante o governo de Luís da Cunha Meneses, a situação política na capitania ficou tensa, uma vez que o governador tentou aumentar as receitas portuguesas e a exploração do ouro e diminuir o contrabando do metal e das pedras preciosas. “Com a chegada de Cunha de Meneses, essas harmoniosas e, sem dúvida, lucrativas relações entre a magistratura e os contrabandistas foram perturbadas, pois entrava em cena outro grupo de especuladores”

⁴ Aliada a esse sistema, Celso Furtado argumenta que, a partir da década de 1770, a economia brasileira apresentava uma “constelação de sistemas” que se articulavam entre si e outros que permaneciam isolados. A articulação ocorria entre o sistema açucareiro e a pecuária nordestina, e entre a pecuária do Rio Grande e de São Paulo com a região de Minas. Esses dois sistemas interligavam-se por meio do rio São Francisco, que servia quase que como uma espinha dorsal para ligar São Paulo à Bahia. Ver: (FURTADO, 1982, p. 90).

(MAXWELL, 1977, p. 122). Dessa forma, o foco do governo português deixou de ser a legislação da terra para ser o controle sobre a produção aurífera.

Na década de 1790, houve um aumento na quantidade de sesmarias doadas. Contribuiu para isso a vigência do Alvará de 5 de outubro de 1795, durante o governo de D. Maria I. Composto de vinte e nove artigos, o documento teve como objetivo tornar a ocupação do território brasileiro efetiva, criando limites para o tamanho das terras concedidas, assim como as condições necessárias para as doações.

A criação do alvará foi uma tentativa, também, de tentar impedir a compra e venda das terras doadas pela Coroa, assim como a ocupação ilegal das terras, prática bastante comum em toda a colônia. Segundo Motta (2012, p. 90), “a administração lusa está ciente que muitas terras possuídas com o nome de sesmarias são o resultado do processo de transmissão do patrimônio, compras e vendas de terras”, criando-se legislação na tentativa de impedir ou retardar esse movimento. A Coroa portuguesa buscava organizar-se administrativamente a partir de mecanismos para dinamizar ao máximo a exploração colonial.

Com a chegada de Dom Rodrigo de Souza Coutinho ao Conselho Ultramarino em 1797, o alvará foi suspenso. Motta (2012, p.100) defende que a suspensão tenha sido em virtude da criação de uma política mais consubstanciada para o Brasil, procurando “encontrar meios mais eficazes para estabelecer um projeto de regularização fundiária das colônias que não colocassem em risco os pilares constitutivos do Império que tanto defendia”.

A análise dos mapas da Figura 2 revela que a expansão ocorreu em direção ao sul de Minas Gerais, dentro da Comarca do Rio das Mortes. Na Comarca de Ouro Preto, por sua vez, houve a expansão em direção às freguesias fronteiriças.

Gradualmente, esse desconhecido/“desocupado” foi sendo ressignificado, aumentando sua importância política, econômica, social e territorial dentro da capitania de Minas Gerais. Até então, esse “vazio” foi visto como um espaço em formação entre 1700 e 1770, e foi remodelado. A partir das necessidades e dinâmicas econômicas sofreu transformações, passando a ter destaque as regiões periféricas em detrimento às regiões centrais, que até então eram o foco da distribuição sesmarial. Ao longo desse período houve não apenas uma preocupação em controlar o vazio, mas também de se encontrar novas formas de geração de riquezas.

Quarto período: 1800-1836

O último período a ser retratado representa mudanças não somente nas dinâmicas do sistema sesmarial (Figura 2 e Imagem 4), mas nas relacionadas à política e à economia em Minas em decorrência da vinda da família real para o Brasil, do processo de independência, do início da expansão da lavoura cafeeira na região da zona da mata mineira. Essas questões fizeram com que o foco da economia mineira, além de estar no processo econômico interno, se voltasse para o abastecimento da capital da colônia, o Rio de Janeiro. Diferentemente do período anterior, observa-se um deslocamento da frente sesmeira da Comarca do Rio das Mortes para a Comarca de Ouro Preto, considerada uma região de fronteira aberta.

Nos vales dos rios Doce e Pomba foi um estímulo à busca de liberdade e independência para o agricultor familiar por meio da posse da terra. As características do solo e da topografia, se comparadas às das *minas*, eram favoráveis ao desenvolvimento e à implantação de atividades agropastoris e a área estava “acessível” a quem se dispusesse a devassá-la e ocupá-la. Esse espaço foi conquistado paulatinamente ao longo do princípio e do auge da exploração e se tornou uma das áreas preferidas pelo movimento migratório no declínio da mineração. (CARNEIRO, 2013, p. 354).⁵

No início do século XIX, a economia aurífera praticamente se esgotou e a fuga dos centros mineradores era cada vez maior. A particularidade mineira, até então, com a predominância dos núcleos urbanos, começou a ser dissolvida, tendo no campo sua principal fonte de renda e de unidade produtiva.

A reordenação econômica e demográfica proporcionou um redimensionamento espacial e uma mudança no padrão de distribuição de sesmarias em relação ao período anterior. Enquanto entre 1771 e 1800 ocorreu uma retração na quantidade de sesmarias distribuídas e uma dispersão espacial dentro da Comarca do Rio das Mortes, entre 1801 e 1836 houve uma concentração próxima às áreas periféricas das comarcas de Ouro Preto (freguesias do Pomba, Piranga, Furquim e Rio Casca) e do Rio das Mortes (Barbacena). É importante frisar que Barbacena localiza-se na fronteira entre essas duas comarcas citadas anteriormente e, por isso, afirmamos que se encontra na periferia, pois, se analisarmos espacialmente, ela não está muito próxima das fronteiras mineiras quanto as freguesias citadas anteriormente.

⁵ Sobre a frente migratória, ver: (ANDRADE, 2018).

As análises dos mapas da Figura 2 e do Gráfico 4 revelam que das 680 sesmarias distribuídas ao longo de 35 anos na Comarca do Rio das Mortes, 68% foram em Barbacena. Na Comarca de Ouro Preto, das 604 sesmarias doadas, 26% foram em Rio Casca, 43% estavam localizadas em Rio Pomba e 14% foram em Piranga. Na primeira década do século XIX, a quantidade de sesmarias doadas foi menor em comparação às décadas de 1810 e 1820. Segundo Motta (2012, p. 90), isso ocorreu devido à busca por terras livres ou por terras devolutas. No entanto, a ocupação ilegal e os intensos conflitos com os indígenas atrasaram esse processo.

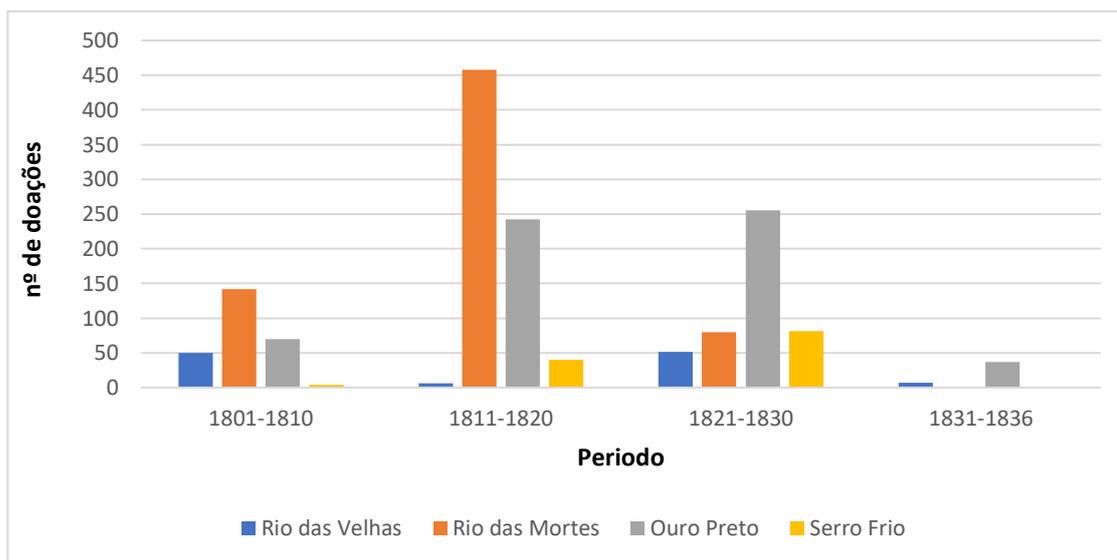


Gráfico 4: Distribuição de sesmarias doadas por décadas no quarto período Fonte: APM, Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) e Secretaria de Governo da Província (Seção Provincial)

Analisando, especificamente, a economia em cada uma das comarcas durante esse período, Paiva (1996) afirma que a região da Comarca do Rio das Mortes atuava como importante região de entreposto comercial, fazendo a ligação entre os mercados mineiro e do Rio de Janeiro, exportando gêneros de abastecimento e articulando os mercados internos e regional.

Na chamada região “Mineradora Central Oeste” estavam localizados os centros urbanos mais importantes (Ouro Preto e Mariana), havendo um bom número de casas de negócios e artesãos. Na região da Zona da Mata, predominavam as vendas situadas ao longo dos caminhos, voltadas para o abastecimento das inúmeras tropas que passavam pelo local. Estas vendas estavam vinculadas a ranchos responsáveis pelo fornecimento de alimentos. O café encontrava-se na região limítrofe entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. As fronteiras na

região eram extremamente fluidas, não havendo um consenso sobre onde terminava uma capitania e começava outra. Xavier da Veiga, em 1889, afirmava que

Durante muitos anos continuou tranquila e respeitada a posse e domínio do governo mineiro nessa região limítrofe, exercitando ele livremente sua plena ação administrativa, concedendo Cartas de Sesmarias, etc., mas em 1833 começaram os conflitos de jurisdição entre as autoridades mineiras e fluminenses, podendo se assinalar esse ano como o início da fase [ilegível] da província do Rio de Janeiro em território de Minas Gerais. Surgiram esses conflitos entre as autoridades da Aldeia da Pedra (Cantagalo) e do distrito de Santa Rita da Meia Pataca (hoje Cataguazes) em razão de dúvidas e incertezas quanto aos limites das duas Províncias. Questões semelhantes foram sucessivamente aparecendo: entre as câmaras da cidade de Campos dos Goitacazes e da vila, hoje cidade do Pomba (1836); entre os juízes de paz da Aldeia da Pedra e do Distrito de Feijão Cru (atual Leopoldina) e outras sucessivamente, até 1842, coincidindo nelas, nos últimos anos, com repetidas desordens ocorridas na região conflitante das Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mal povoadas nessa época e, pela distância e falta de boas vias de comunicação, muito afastadas da ação governativa. (VEIGA, 1889, p. 3363).

Houve uma expansão das fronteiras em direção aos limites externos das comarcas, endossando também a tese de que a ocupação de Minas Gerais ocorreu de forma centrífuga. A distribuição de sesmarias nessas regiões periféricas ocorria também para pessoas provenientes de outras capitanias.

A análise dos mapas da Figura 2 revela que, no início do século XIX, a questão sesmarial apresentou uma particularidade em relação aos demais períodos, que foi a existência de uma concentração na dispersão espacial em direção à capitania do Rio de Janeiro. Como uma onda que se desloca em direção ao litoral, percebe-se o movimento dessa fronteira para as regiões de fronteira das comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes, ocorrendo uma intensificação na produção de gêneros agrícolas para o abastecimento da Corte e na implantação da cultura cafeeira na Zona da Mata mineira. Outro fator que explica o deslocamento em direção às regiões fronteiriças foi a gradativa ocupação territorial de Minas Gerais ao longo de todo o século XVIII, como discutido ao longo dos três períodos anteriores. Dessa forma, em 1836, temos as últimas sesmarias doadas em Minas Gerais para Desiderio Manoel e Manoel Lourenço Dias, na Cachoeira Alta nas cabeceiras da Má Vida nas vertentes do rio Doce, pertencentes à freguesia de Barra Longa no termo de Mariana (Arquivo Público Mineiro, SP, Códice 87, página 259v).

Considerações finais

Dialogando com o quadro historiográfico sobre a ocupação do território mineiro e a concessão de sesmarias, este artigo teve como principal designo compreender de que forma o sistema de doações era influenciado pelas necessidades econômicas da capitania. Daí a necessidade do diálogo entre a história e a geografia. A partir das técnicas do geoprocessamento, mapas históricos foram elaborados baseando-se no *Inventário das Cartas de Sesmarias*, disponível no Arquivo Público Mineiro (APM). No momento da sua transcrição, foi percebida a repetição de algumas variáveis e, a partir destas, foram elaborados mapas temáticos para representá-las geograficamente e, assim, perceber de que forma ocorreu o movimento de doação sesmarial. A variável analisada foi o período. Os 135 anos em que houve concessões de sesmarias foram divididos em períodos de aproximadamente 35 anos.

As análises levaram à conclusão de que no primeiro período foram feitas poucas doações de sesmarias, concentradas ao longo do Caminho Velho, ao redor nos núcleos mineradores e ao longo da Comarca do Rio das Velhas, margeando os rios das Velhas e o Paraopeba. No segundo momento, o número de concessões aumentou de forma considerável, concentrando-se ao redor das zonas mineradoras, coincidindo com o *boom* da extração aurífera. Com a decadência da mineração e a ocupação da região central da capitania, no terceiro período ocorreu relativa dispersão espacial, tendo como foco a Comarca do Rio das Velhas, principalmente a região sudoeste da capitania, nas freguesias de Três Pontas, Campanha, Pouso Alegre e Itapecerica. Também houve um deslocamento em direção aos chamados sertões do leste mineiro, com destaque para as freguesias de Rio Pomba, Piranga, Abre Campo e Rio Casca. No último momento, percebe-se a maior concentração de sesmarias doadas em uma localidade ao longo dos períodos analisados, a freguesia de Barbacena. Além disso, as freguesias próximas à divisa com o Rio de Janeiro tiveram grande destaque. A partir da periodização proposta para análise, foi possível constatar de que forma as fronteiras e os espaços foram se modificando, passando de uma ocupação central para um foco periférico.

Após essas discussões, conclui-se que o espaço sesmarial mineiro acompanhou os movimentos das atividades econômicas de cada região ao longo do tempo. Foi possível perceber a marcha pioneira no início do século XVIII, partindo de São Paulo e se dirigindo para o centro da capitania de Minas Gerais. À medida que esta região se tornava ocupada e a extração aurífera diminuía, a mancha sesmarial irradiava-se para as fronteiras, fazendo com

que estas se tornassem cada vez mais fluídas e móveis. Esse movimento das fronteiras endossa o que a historiografia sobre a história de Minas chama de “fronteira aberta”, e evidencia que as fronteiras, assim como afirma Cássio Hissa (2002), não são estáticas, mas extremamente maleáveis, podendo se expandir ou se retrair.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1780*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804 – 1856)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org). *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq)*. Araraquara: Laboratório de Lexicografia / FCLAr - UNESP, 2012.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Itatiaia. 1995.

BRAUDEL Fernand. *A identidade da França: Espaço e História*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Morais. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CAMPOS, Luciana. Os (des)mandos do Fanfarrão: uma análise histórico-literária da administração em Minas Gerais durante o Setecentos. *VI Jornada Setecentista*, Curitiba, p. 348-355, 2005.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: UFOP, 1999.

CARRARA, Angelo Alves. “Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, 2002.

CARRARA, Angelo Alves; ZAIDAN, Ricardo Tavares; PAULA, Lucas Pinheiro de. Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo do Jaguará. *Revista História*, São Paulo, n. 177, p. 1-28, 2018.

CASTRO, José Flávio Morais. *Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2017.

CASTRO, José Flávio Morais. *Atlas digital da cartografia histórica de Minas Gerais*. Curitiba: Appris, 2019.

COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. *Espaço em movimento: a (Trans)Formação do espaço mineiro a partir da análise do sistema Sesmarial (Minas Gerais, 1701-1836)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *As exportações de Minas Gerais no século XIX. Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MORAES, Fernanda Borges de. *De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Companhia do Tempo / Autêntica, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2012.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. *Revista Economia*, Brasília, v. 7, n. 3, 2006.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PEREIRA, Elenize Trindade. *Geoprocessamento das sesmarias das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, Plataforma Semarias do Império Luso Brasileiro (1650-1750)*. In: VILLA, Carlos Valencia; GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistema de informação Geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PINTO JUNIOR Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (orgs). *Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata*. Vol. 3. Brasília: MDA, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Companhia do Tempo / Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. ‘Torpor invencível’: história ambiental e urbanização nas povoações do São Francisco”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo / Autêntica, 2013.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais – memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica. 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VIANA, Hélio. As sesmarias no Brasil. In. *Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História - ANPUH*. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná: Curitiba, 1962.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Minas – Geraes e Rio de Janeiro (Questão de Limites): Relatório apresentado ao Governo Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 4, p. 317-376, 1899.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006.